

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Onde pega o quinquênio

A avaliação política dos líderes sobre o quinquênio do Judiciário é de que não dá para conceder esse benefício enquanto o governo anuncia aos quatro ventos que não tem recursos para dar aumento salarial aos funcionários das universidades e outras categorias, que estão em greve e fizeram, inclusive, um ato na Esplanada esta semana.

## Durma-se com...

Se quiser realmente obter vitórias em todas as propostas que podem representar aumento de despesa, o governo terá que fazer a sua parte. O que se ouve dos líderes é que o Poder Executivo lançou um leque de programas como se estivesse nadando em dinheiro. E quer executar tudo com os recursos reservados às emendas, sem dividir os louros de nada com a sua suposta base congressual. Terá que realizar uns, atrasar outros.

## ... um barulho desses

Na conversa entre o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, na presença do líder do governo José Guimarães, alguém fez as contas e descobriu que Arthur não fala com Padilha desde novembro. E essa relação só tende a piorar.

## Lula em campo

A semana que vem será mais uma daquelas em que o governo fará uma ofensiva junto aos parlamentares, capitaneada pelo próprio Lula. Estão em gestação conversas com Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, bancadas e líderes, e envio da regulamentação da reforma tributária. O ingresso de Lula é o último recurso. Se não funcionar, não haverá mais a quem recorrer.

# Os alvos de Dino

O chamamento do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que Executivo e Legislativo expliquem a continuidade das emendas orçamentárias liberadas sem transparência, o chamado orçamento secreto, emendas Pix, é visto como um sinal positivo no Executivo. Isso porque ajudará a coibir os movimentos do presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Davi Alcolumbre, que é quem tem cuidado da liberação de emendas dos senadores, e os da Câmara, Arthur Lira, que ainda detém poder sobre as emendas.

Foi na seara de Davi Alcolumbre e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que o governo recebeu a maior bola nas costas esta semana: a volta do quinquênio do Judiciário, que eleva a despesa em R\$ 42 bilhões. Nesse sentido, o governo convive bem com o presidente da CCIJ do Senado, mas é na linha do “confia desconfiando”.



## CURTIDAS

**Virem-se com uma vaga/** Em 2026, estarão em disputa duas vagas ao Senado em cada estado. No Distrito Federal, porém, uma está “reservada” para o governador Ibaneis Rocha, que já disse, com todas as letras, que será candidato. Agora, Bia Kicis, Michelle Bolsonaro, Alberto Fraga, Izalci Lucas, todos do PL, terão que conversar muito para ver quem ficará com a outra.

**Veja bem/** No plano nacional, o que se ouve no PL é que Michelle Bolsonaro caminha para ser candidata ao Senado no DF, uma vez que ela jamais ocupou um cargo executivo ou legislativo. Além disso, há outros atores que, a preços de hoje, teriam a preferência para disputar o Planalto, caso, por exemplo, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Divulgação



**Dona Lu põe a mão na massa/** Lu Alckmin, esposa do vice-presidente Geraldo Alckmin, participou, ontem, da formatura de mais uma turma do Polo Padaria Artesanal do DF (foto), que ela idealizou e montou por aqui. Desta vez, comemorou ao lado de representantes da Paróquia Sagrado Mercês e da Casa Ressuscita em Cristo.

**Hoje tem/** Quem perdeu o lançamento do livro de Luiz Recena no mês passado tem uma segunda chance de bate-papo com o autor da obra *Rússia Resistente — Primeira Guerra Mundial com alta tecnologia*. Ele estará, hoje, em mais uma rodada de autógrafos, na Quituart, canteiro central, na altura da QI 09/10 do Lago Norte, a partir das 12h.

## PODER

# Dino cobra Lula, Pacheco e Lira

Ministro quer explicações sobre o suposto descumprimento de decisão do STF sobre as emendas Pix, consideradas pouco transparentes

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou, ontem, explicações dos presidentes da República, da Câmara e do Senado sobre as chamadas emendas Pix — valores enviados por parlamentares a estados e prefeituras sem um fim específico. Em despacho, o magistrado intimou Luiz Inácio Lula da Silva, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para manifestação em um prazo de 15 dias.

Dino destacou um descumprimento da decisão da Corte, que, em dezembro de 2022, considerou inconstitucional o orçamento secreto.

“Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade — PSol, contra atos do Poder Público relativos à execução do orçamento público federal, especificamente no tocante às despesas oriundas

de emendas do relator geral do projeto de lei orçamentária (classificadas sob o indicador RP 09)”, escreveu Dino.

As emendas Pix foram criadas em 2019. O dinheiro vai para o caixa do governo estadual ou da prefeitura, que decide por conta própria onde investir. O município também não precisa informar ao governo federal o destino do recurso.

## Intimação

No despacho, Dino cita, também, uma petição enviada ao STF pelas organizações Contas Abertas, Transparência Brasil e a Transparência Internacional. Segundo as entidades, o Congresso descumpra a decisão tomada pela Corte em 2022 (**leia Saiba mais**).

“Intimem-se o requerente (PSol), bem como os interessados, presidente da República, presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal e presidente da Câmara dos Deputados,

para, querendo, no prazo de 15 dias, se manifestarem acerca do noticiado pelos amigos da Corte”, escreveu o magistrado.

Ao todo, serão R\$ 8,2 bilhões enviados para os governos locais por essa modalidade de transferência, considerada menos transparente. Em julho do ano passado, o governo Lula liberou, em apenas um dia, o pagamento de R\$ 5,3 bilhões em emendas Pix. O pagamento ocorreu na véspera da votação da reforma tributária na Câmara.

Orçamento secreto é como ficaram conhecidas as emendas parlamentares em que a distribuição de recursos é definida pelo relator do Orçamento. Esse mecanismo não tem critérios de transparência. Os políticos agraciados com a verba eram escolhidos pelo governo, sem regras claras de seleção, em troca de apoio no Congresso. Por isso, o item passou a ter a constitucionalidade questionada pela sociedade civil e pelo Judiciário.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Dino fixou prazo de até 15 dias para que os citados se manifestem

## Saiba mais

### Riscos em ano eleitoral

A Associação Contas Abertas e a Transparência Internacional Brasil pediram manifestação célere do STF sobre o tema evocando as eleições. Segundo elas, com a chegada do pleito “aumentam os riscos de que recursos capturados do orçamento público sejam destinados para beneficiar candidaturas específicas apoiadas por parlamentares federais, violando o direito de livre escolha pelos eleitores”. Questionam, ainda, o uso indevido de emendas do relator do orçamento para efeito de inclusão de novas despesas públicas ou programações no projeto de lei orçamentária anual da União e descumprimento da determinação de publicar informações sobre a autoria das emendas.

# Professores rejeitam proposta e mantêm greve

» RAPHAEL PATI

Os professores de universidades e institutos federais recusaram, ontem, a nova proposta de reajuste salarial para a categoria, feita pelo Ministério da Inovação e Gestão em Serviços Públicos (MGI). A categoria avalia a oferta como insuficiente e, portanto, a paralisação segue em mais de 60 instituições.

A proposta inicial do governo era conceder dois reajustes de 4,5% nos próximos dois anos (2025 e 2026). Com o aumento de

9% implementado no ano passado, o reajuste total durante os quatro anos seria de 19%. Já a nova proposta estipula um aumento salarial de 9,5%, a partir de janeiro de 2025, e outro de 3,5% em maio do ano seguinte. Ao todo, o reajuste seria entre 22,97% e cerca de 26%, considerando alguns outros níveis da categoria.

“Eles (professores) reconhecem que a proposta evoluiu positivamente. Se nós considerarmos a realidade do povo brasileiro, eu diria que, talvez, é uma proposta que não se acha em

lugar nenhum”, afirmou o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo.

Ele reiterou que não há mais discussão para uma recomposição salarial ainda neste ano, por conta do espaço limitado no orçamento federal.

Com a nova proposta, o impacto total no orçamento nos próximos dois anos aumentaria para cerca de R\$ 5 bilhões, de acordo com o MGI, na comparação com a proposição anterior.

A categoria reivindica três aumentos salariais, que totalizam

22,71% e seriam pagos em parcelas de 7,06% a partir de 2024, mesmo com a sinalização do governo de que não pode haver reajuste neste ano.

## Técnicos

Além dos docentes, não houve acordo com os servidores técnicos-administrativos, que também rejeitaram a proposta de reajuste salarial de 9% para o ano que vem e 3,5% em 2026.

O fato de não iniciar o processo de reajustes em 2024

causou a divergência entre sindicatos e o governo. O Correio apurou que, na reunião com o MGI, nenhum negociador se colocou favorável à proposta de reajuste salarial do Executivo.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas do Brasil (Fasubra) avaliou que a proposta é insuficiente e não atende ao mínimo do que é reivindicado pelos servidores. A categoria está em greve desde março, e ainda

segue sem previsão para o fim da paralisação.

Apesar disso, o ministério acauto nove dos 12 pontos que constam no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). No caso da área técnica da Universidade de Brasília (UnB), a assembleia do Sindicato dos servidores técnicos-administrativos da Universidade de Brasília (Sintfub) ocorrerá na terça-feira. A tendência, projetada pela categoria, é de continuação da greve. (**Colaborou Francisco Arthur**)